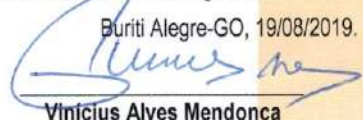


**Lei nº 433/2019**

**CERTIFICO**

Certifico que nesta data, publiquei mediante afixação deste exemplar no placar da Prefeitura, conforme Lei Orgânica.

Buriti Alegre-GO, 19/08/2019.

  
**Vinícius Alves Mendonça**  
Assessor Jurídico

Buriti Alegre/GO, 19 de Agosto de 2019.

"Dispõe sobre a Concessão de Uso para Exploração de Bens Públicos, a título oneroso, e dá outras providências".

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE, ESTADO DE GOIÁS**, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei:

**Capítulo I**  
**DO OBJETO**

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal de Buriti Alegre, Estado do Goiás, nos termos do Art. 12, incisos XXXVI, c/c os Art. 108, §1º da Lei Orgânica do Município, autorizado a outorgar **CONCESSÃO DE USO PARA EXPLORAÇÃO A TÍTULO ONEROSO** dos bens de propriedade do Município tidos como "espaços públicos".

§ 1- A Concessão de Uso deverá ser procedida de licitação, que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, nos termos do art. 37, inciso XXI, e art. 175, ambos da Constituição Federal.

§ 2 - Havendo empate de melhor proposta de preço, será assegurada preferência ao atual ocupante dos espaços públicos.

§ 3 - Os espaços públicos já existentes e futuros, terão suas destinações definidas em Decreto, que será expedido pelo Poder Executivo, precedido de Termo de Responsabilidade de Uso e demais normas constantes na presente lei.

§ 4 - O Termo de Responsabilidade de Uso deverá ser assinado pelo concessionário antes da assinatura do Decreto de Concessão.

**Art. 2º** - Fica expressamente vedada a transferência ou cessão da concessão a terceiros, sob pena de revogação do Decreto de Concessão de Uso.

Parágrafo único. Não obstante a vedação contida no caput, fica expressamente admitida a transferência da concessão por sucessão hereditária, nos termos da Lei Civil, respeitado o prazo remanescente da concessão.



**Art. 3º** - No caso de encerramento ou fechamento das atividades por qualquer motivo, ficará automaticamente rescindida a concessão, retornando o referido espaço público ao Município, para procedimento de nova Concessão de Uso através de licitação.

Capítulo II  
SEÇÃO I  
DA COMPETÊNCIA DA COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

**Art. 4º** - Compete à Secretaria Municipal de Arrecadação e Tributos, dentro das normas pertinentes estabelecidas através de Regulamento, a coordenação, acompanhamento, fiscalização permanente e administração da outorga nos termos desta lei.

SEÇÃO II  
DA RESPONSABILIDADE DO CONCESSIONÁRIO

**Art. 5º**- Concessionários, quaisquer que sejam suas atividades, se responsabilizarão pela conservação, manutenção, limpeza e higiene de seu espaço público e do entorno do mesmo, obedecendo às normas vigentes correspondentes ao ramo explorado e, conforme as disposições desta lei e do regulamento específico, devendo ser responsabilizado por qualquer dano que causar a terceiro ou ao bem público por sua culpa ou dolo.

**Art. 6º** - Os espaços públicos e toda a área situada no seu entorno, serão mantidos sempre limpos e em perfeitas condições de higiene e limpeza, responsabilizando-se o concessionário por quaisquer danos que causar ao logradouro público, ao mobiliário urbano e toda vegetação existente.

§ 1º O concessionário deverá servir-se do espaço público para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo tratá-lo com o mesmo cuidado como se fosse seu.

§ 2º O concessionário deverá restituir o espaço público, finda a concessão, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal.

§ 3º O concessionário deverá levar imediatamente ao conhecimento da Secretaria Municipal de Arrecadação e Tributos, o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros.

§ 4º O concessionário deverá realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por si, seus clientes,



visitantes ou prepostos.

§ 5º O concessionário deverá permitir a vistoria do espaço público pelos fiscais da Secretaria Municipal de Arrecadação e Tributos, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por outros órgãos da Prefeitura.

§ 6º Limpeza, conservação e pintura das instalações e dependências do espaço público, manutenção e conservação das instalações e equipamentos hidráulicos, elétricos, mecânicos e de segurança são de responsabilidade do concessionário.

§ 7º O concessionário deverá honrar com as taxas de consumo de água e esgoto, gás, luz, junto aos órgãos competentes.

§ 8º O concessionário deverá respeitar, durante todo o prazo de vigência da concessão, as regras estabelecidas no Edital de Licitação e seus anexos.

**Art. 7º** - O titular da Concessão de Uso do espaço público e seus funcionários deverão apresentar-se decentemente trajados, obrigando-se a atender ao público com urbanidade, sob pena de suspensão de suas atividades, por até 30 (trinta) dias, de acordo com a gravidade da infração.

### SEÇÃO III DAS PROIBIÇÕES

**Art. 8º** - É proibido ao concessionário:

I - fazer uso do espaço cedido fora do limite estabelecido nos regulamentos específicos;

II - colocar qualquer tipo de publicidade de terceiros no espaço cedido, salvo autorização expressa do Poder Concedente;

III - fazer uso de bancos fixos, caixotes, tábuas ou qualquer outro meio destinado a aumentar o espaço ou área por ele ocupada;

IV - não manter as instalações em perfeito estado de conservação e higiene e limpeza dentro dos padrões da Vigilância Sanitária e de segurança;

V - a utilização, ainda que momentânea, das áreas destinadas a calçadão, estátuas, monumentos, árvores, postes e demais mobiliários urbanos;

VI - provocar qualquer tipo de dano ao logradouro público;

VII - modificar a forma interna ou externa, inclusive aumento do espaço interno, do espaço público sem o consentimento prévio e por escrito do Município;

VIII - manter no imóvel qualquer objeto não autorizado por Lei;

IX - utilizar equipamentos proibidos pela legislação vigente pertinente ao uso e ocupação do imóvel;

X - perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos, conforme estabelece o Código de Posturas do Município;

XI - vender bebidas alcoólicas a menores de 18 (dezoito) anos;

XII - manter em seu estabelecimento, funcionários em situação irregular perante a Lei Trabalhista, Previdenciária e Tributária;

XIII - modificar o ramo de atividade constante no Decreto.

#### SEÇÃO IV DAS INFRAÇÕES

**Art. 9º** - A inobservância desta lei e dos regulamentos específicos referentes à outorga de Concessão de Uso pertinente ao ramo de cada concessionário, sujeitam o infrator à aplicação de penalidades de advertência, multa e cassação da Concessão.

§ 1º Havendo 03 (três) autuações por infrações da mesma natureza, por culpa do Concessionário, sem que haja iniciativa de tomada de providências para saná-las, e, sem pagamento das multas estabelecidas no regulamento específico, será cassada a Concessão de Uso pela Secretaria Municipal de Arrecadação e Tributos, solicitando ao Chefe do Poder Executivo a revogação do respectivo Decreto de Concessão.

§ 2º Não serão consideradas infrações quaisquer danos sofridos pelos imóveis por ação de terceiros, devidamente comprovados, caso em que o concessionário deverá ser intimado a reparar o dano no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 3º O concessionário não será indenizado por quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel.

#### SEÇÃO V DAS PENALIDADES



**Art. 10** - O não cumprimento das normas estabelecidas nesta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito;

II - multa a ser definida na regulamentação da presente Lei;

III - suspensão das atividades no local por 60 (sessenta) dias;

IV - revogação do Decreto de Concessão de Uso, no caso de ocorrer 03 (três) infrações específicas consecutivas, autuadas através da Secretaria Municipal de Arrecadação e Tributos, órgão competente para os procedimentos de fiscalização e emissão dos atos.

#### SEÇÃO VI DAS MULTAS

**Art. 11** - As multas a serem cobradas nas hipóteses de desobediência a essa lei serão em UFM (Unidade de Fiscal do Município) e variarão conforme as hipóteses de desobediência e do grau da infração cometida, ficando seu valor a cargo do Poder Executivo Municipal limitado a 100 (cem) vezes a UFM.

#### SEÇÃO VII DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

**Art. 12** - As atividades desenvolvidas funcionarão conforme regulamentação de uso a ser definida por Decreto do Poder Executivo para cada espaço público, levando-se em consideração a atividade comercial desempenhada.

§ 1º É obrigatório o funcionamento dos espaços públicos por período mínimo de 6 (seis) horas diárias.

§ 2º Os concessionários deverão respeitar a lei do silêncio, mantendo o volume de aparelhos sonoros após as 22h30min (vinte e duas horas e trinta minutos), dentro dos padrões limites, sob pena de multa.

§ 3º Poderá requer o concessionário, titular do espaço público, através de petição fundamentada, a fixação de horário especial ou a dispensa de funcionamento, aos sábados, domingos, feriados e outros, cabendo ao Secretário Municipal de Arrecadação e Tributos a decisão.

## SEÇÃO VIII DO PREÇO MÍNIMO MENSAL

**Art. 13** - O valor mensal mínimo, pago pela concessão, a ser utilizado no processo licitatório de uso do espaço público, será delimitado em razão da metragem, localização, uso, valoração de estrutura e benfeitorias, sendo realizado através de avaliação pela Secretária Municipal de Arrecadação e Tributos.

§ 1º - Os valores deverão ser pagos e sempre na mesma data dos meses, mês a mês, através da expedição de Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

§ 2º - O contrato de Concessão de Uso será no máximo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período mediante solicitação escrito dirigido ao Prefeito Municipal.

§ 3º - O pagamento de taxas, referente ao Alvará de Funcionamento e outras, correspondentes à ocupação do espaço público, deverá ser efetuado mediante Documento de Arrecadação Municipal - DAM, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente à ocupação.

§ 4º - O valor da concessão será atualizado todos os anos, pelo acumulado de 12 meses do INPC;

§ 5º - A primeira atualização se dará após o empecilho mínimo de 12 meses;

## SEÇÃO IX DO ATRASO NOS PAGAMENTOS

**Art. 14** - Ocorrendo o atraso de 03 (três) meses no pagamento das taxas previstas no artigo anterior, consecutivos ou não, implicará na revogação do Decreto de Concessão de Uso, devendo a posse do espaço público, ser imediatamente restituída ao Município, independente do exposto no Art. 10.

Parágrafo único. Uma vez revogado o Decreto de Concessão de Uso por qualquer motivo, o concessionário terá 30 (trinta) dias para desocupar o imóvel sob penas das medidas judiciais cabíveis.

## Capítulo III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS





**Art. 15** - É vedada a concessão de uso a qualquer munícipe que esteja inscrito em Dívida Ativa ou que esteja inadimplente com qualquer obrigação perante o Município.

**Art. 16** - Os espaços públicos futuramente criados serão obrigatoriamente precedidos de licitação para atividades de concessionário.

**Art. 17** - Parágrafo único. Os espaços públicos que forem desativados temporariamente em razão da revogação do Decreto de Concessão de Uso, só poderão ser ocupados novamente mediante certame licitatório.

**Art. 18** - A Concessão de Uso a que se destina essa Lei é a título oneroso, não podendo ser revogada pelo Poder Executivo antes de seu término, exceto nas hipóteses previstas nesta Lei.

**Art. 19** - Havendo casos de omissão, observa-se o instituído da Lei 8.666/93;

**Art. 20** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições

**Gabinete do Prefeito Municipal de Buriti Alegre, Estado de Goiás,  
aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e dezoito (18.08.2018).**



**ANDRÉ DE SOUSA CHAVES**  
Prefeito Municipal

